

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

Relator de CPI do Carf omite doadoras

Valor Econômico - 08/03/2016

Raphael Di Cunto e Letícia Casado | De Brasília

Responsável por apurar desvios que podem chegar a R\$ 19 bilhões, o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que avaliará irregularidades nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) teve 37% de sua campanha à reeleição em 2014 bancada por empresas que deveria investigar.

A CPI deve ser instalada hoje na Câmara e o relator, por acordo dos líderes, será o deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), autor do requerimento de criação da comissão de inquérito - e que cita o nome de 14 empresas a serem investigadas neste documento inicial, mas omite as três que o ajudaram a se eleger.

Bacelar recebeu R\$ 600 mil da JBS e R\$ 100 mil do Bradesco Saúde e do Bradesco Vida e Previdência, via repasses do diretório nacional, segundo a prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Declarou ainda valor mais inexpressivo, R\$ 3,4 mil, da Cervejaria Petrópolis, em material de campanha doado pelo candidato governador da Bahia, Rui Costa (PT). Ao todo, recebeu R\$ 1,8 milhão na campanha - apenas um quarto foi de contribuições diretas.

Para Bacelar, as doações não representam conflito de interesses. "Não tem vínculo causal meu com qualquer empresa dessas. Não tem doação direta para a minha campanha", afirmou. "Recebi ajuda do partido. De onde o partido recebeu eu não sei dizer."

Sobre a omissão ao nome das três doadoras no pedido de instalação da CPI, Bacelar disse que foi feito por sua assessoria "em cima da matéria do 'Estado de S. Paulo' [de março de 2015]". O Bradesco, porém, é a primeira empresa citada na reportagem, mas está fora do requerimento.

A Petrópolis aparece apenas na arte da reportagem - não está no texto nem no requerimento. A suposta participação da JBS no esquema do Carfsó foi publicada em 12 de abril - o pedido de criação da CPI, que exige as assinaturas de apoio de 171 deputados, foi protocolado dez dias depois.

As três empresas foram citadas na Operação Zelotes, que deu origem a uma CPI no Senado, encerrada em 2015, e agora a uma na Câmara. O Bradesco contesta no Carf cobranças de R\$ 2,7 bilhões da Receita; a Petrópolis tem litígio de R\$ 406 milhões; e não há informações sobre a JBS.

A Zelotes apura suspeitas de pagamento de propina a lobistas e conselheiros do Carf para livrar dívidas tributárias de grandes contribuintes. As três empresas citadas negam participação no esquema e não comentam as doações.

Bacelar, que ficou mais conhecido nas últimas semanas por votar contra a abertura de processo de cassação contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no Conselho de Ética, será o encarregado por elaborar o plano de trabalho da CPI, com quais empresas serão ouvidas, e o relatório final, com os indiciamentos.

A escolha se assemelha à do relator da CPI do BNDES, José Rocha (PR-BA), que recebeu doações na campanha de empresas que deveria investigar. A CPI acabou há duas semanas sem indiciados.

Documento apreendido na Zelotes contradiz depoimento de empresária

08/03/2016

Currículo descreve que Cristina Mautoni gerou ganhos de US\$ 15 milhões

BRASÍLIA - Em 2 de fevereiro deste ano, a empresária Cristina Mautoni, uma das réas da ação penal da Operação Zelotes, prestou depoimento na Justiça Federal e foi categórica: não tinha ingerência no trabalho do marido, o também réu Mauro Marcondes. Segundo ela própria, Marcondes é um homem machista que não gosta de ouvir ordens ou questionamentos da mulher. Além disso, tem dificuldade para lidar com computadores, o que fazia com que ela o auxiliasse nessa tarefa, mas sempre sem interferir nas suas decisões. No entanto, uma cópia em inglês do currículo de Cristina, apreendido pela Polícia Federal (PF), mostra um cenário diferente. O documento a descreve como uma negociadora competente, que gerou ganhos de US\$ 15 milhões e com contatos em vários órgãos do governo, a começar pela Presidência da República.

A PF concluiu que Cristina conhece e trata diretamente de assuntos relevantes da empresa, ultrapassando a condição de mera secretária ou porta voz de seu esposo. Diz ainda que, pela leitura do currículo, fica evidente sua participação e liderança nos negócios da empresa Marcondes e Mautoni, sendo uma de suas figuras de proa. Mais adiante, acrescenta que o uso de expressões como contato, ligação e negociação com órgãos governamentais brasileiros e estrangeiros, bem como recrutamento, gestão, coordenação indicam que ela possui poder decisório dentro desse processo em sua empresa. Em outro ponto, a PF destaca que ela assina quaisquer documentos pela empresa, sendo indiscutível sua responsabilidade.

No papel, Cristina era sócia da empresa de consultoria Marcondes & Mautoni. Mas, segundo tentou demonstrar na audiência de 2 de fevereiro, não tinha nenhuma ingerência nos negócios, apenas auxiliando o marido, dada sua dificuldade em mexer com computadores. Cristina também disse que era copiada em todos os e-mails enviados a ele, para depois imprimi-los. Mas contou que sequer os lia. Foi o caso, por exemplo, dos trabalhos encomendados por R\$ 2,4 milhões à LFT Marketing Esportivo, empresa que pertence a Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na ocasião, ela também disse não saber muito a respeito desse contrato, até porque o marido não gostava de dar detalhes. Para sustentar sua versão, ela destacou a diferença de idade dos dois - ele é quase 27 anos mais velho - para dizer que o marido é de outra época. Em resumo, um homem mais machista e pouco afeito a aceitar ordens ou questionamentos da mulher sobre seus negócios. Ela e o marido estão presos preventivamente.

- Eu tenho um relacionamento com um homem de 27 anos de diferença. É outro tipo de relacionamento. E a gente tem uma filha. Então você não pode levar tudo a ferro e fogo e querer saber de tudo. É outra época, mais machista - afirmou ela em 2 de fevereiro.

O currículo de Cristina tem quatro páginas e informa dois períodos de trabalho na Marcondes & Mautoni: entre 2002 e 2004, e depois, a partir de 2006. No primeiro período, o currículo destaca que ela mantinha contatos com autoridades do governo em Brasília, incluindo o Ministério dos Transportes, Fazenda e a Presidência da República, além da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e da Secretaria de Transportes paulista. O segundo período na Marcondes & Mautoni mostra relações com a Presidência da

República e o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). De acordo com o currículo, ela estabeleceu relações sólidas com companhias multinacionais, governo e CFO (Chief Financial Officer - diretor financeiro) de companhias .

O currículo está todo em inglês, fato destacado pela PF. Segundo a Polícia Federal, isso serviria certamente para ser apresentado a empresas multinacionais ou estrangeiras com as quais a M&M se relaciona . O currículo começa informando o atual objetivo de Cristina: procurando novos desafios em organizações internacionais . Também aponta qualidades de Cristina - forte em relações pessoais, proativa, madura, equilibrada, firme e compromissada - e diz que ela tem exposição internacional , fruto de viagens a lugares como América do Sul, Estados Unidos, Europa e Ásia.

O advogado Roberto Podval, que defende Cristina, continua sustentando a versão de que ela não tomava parte das decisões da empresa.

- Eu não sei para que finalidade serviu aquele currículo, ou para que ela ia usar aquilo. O que eu sei dizer era qual era a participação dela na empresa. E todas as testemunhas que foram ouvidas relataram que ela não participava. Todo mundo que foi ouvido falou que mal a conhecia, que ela não participou de absolutamente nada. Então todas as pessoas que foram ouvidas nesse processo todo colocam a participação dela, independentemente do que ela diz, colocam como absolutamente insignificante. Agora, se ela fez um currículo, para que finalidade ela fez, o que ela pôs no currículo, eu não sei te dizer. O que eu sei te dizer é o que aconteceu, o que está comprovado nos autos, independentemente do que ela diz, porque ela poderia até ter mentido (no currículo) enfim - disse Podval.

A Zelotes começou investigando irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. Conselheiros receberiam propina para reduzir e anular multas aplicadas aos contribuintes pela Receita Federal. Depois, os investigadores também passaram a analisar possível venda de trechos de medidas provisórias (MPs) para beneficiar algumas montadoras, entre elas a Caa, representante da Hyundai, e a MMC Automotores, que fabrica veículos da Mitsubishi no Brasil. A ação penal na Justiça Federal do Distrito Federal trata da negociação das MPs. Outras frentes de investigação prosseguem, mas ainda não levaram à abertura de uma ação na Justiça.

Segundo a revista IstoÉ , o senador Delcídio Amaral (PT-MS), que ficou preso entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016 em decorrência da Operação Lava-Jato, citou Cristina Mautoni e Mauro Marcondes em acordo de delação premiada. De acordo com a revista, Delcídio disse que Lula lhe pediu por várias vezes que agisse para evitar a convocação do casal Mauro Marcondes e Cristina Mautoni para depor" na CPI do Carf. O motivo: o possível envolvimento de seu filho. No ano passado funcionou no Senado uma CPI para investigar irregularidades no conselho. Está prevista para esta terça-feira a instalação de nova CPI, desta vez na Câmara. Em nota, o Instituto Lula negou as acusações contra o ex-presidente.

Jornal da Câmara

Comissão que investigará o Carf deve ser instalada hoje

08/03/2016

Está marcada para as 14h, no plenário 1, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar denúncias de fraudes

contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda onde contribuintes recorrem contra multas.

A CPI do Carf, criada no dia 4 de fevereiro, foi proposta pelo deputado João Carlos Bacelar (PR-BA). Ao propor a criação da comissão, o deputado citou que a Operação Zelotes, deflagrada em março do ano passado pela Polícia Federal, investiga o fato de que 24 pessoas e pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria são suspeitos de envolvimento num esquema de corrupção contra a Receita Federal.

Outras investigações - No ano passado, o Senado também criou uma CPI para investigar denúncias contra o Carf. A comissão encerrou os trabalhos em dezembro, com o indiciamento de 28 pessoas.

Também em 2015, a Câmara dos Deputados instalou uma subcomissão permanente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para acompanhar as investigações da Operação Zelotes.

Portal 180º PI

Presidente do Senado Renan Calheiros diz que não é papel dele botar fogo na crise

08/03/2016

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou nesta terça-feira (8) que "não é papel do presidente do Congresso Nacional botar fogo na crise".

Ele deu a declaração ao ser questionado por jornalistas sobre o posicionamento do PMDB, em alguns estados, a favor de um rompimento com o governo. O partido realizará convenção nacional no próximo sábado (12), quando deverá eleger o presidente da sigla.

"Não é papel do presidente do Congresso Nacional botar fogo na crise. O papel do presidente do Congresso Nacional é mais do que nunca trabalhar pela serenidade, pelo bom senso, pelo equilíbrio. Nós tivemos aqui no Senado Federal em 64 um presidente do Senado que passou do limite do equilíbrio e fraturou a democracia. Portanto não cabe a mim botar fogo na crise", respondeu.

Ainda sobre a convenção do PMDB, Renan afirmou que o que se recomenda é que o partido aproxime suas correntes. "Eu tenho defendido que é necessária a unidade do PMDB. Nós precisamos aproximar as correntes do partido e quanto mais representativa for a Executiva, melhor. É uma demonstração salutar de que está compreendendo as circunstâncias do País", defendeu.

Durante a entrevista, quando questionado sobre a instalação da CPI do Carf na Câmara dos Deputados, voltou a dizer que cabe ao presidente do Congresso preservar o equilíbrio.

"Mais do que nunca é preciso ter bom senso, serenidade, equilíbrio. O papel do presidente do Congresso Nacional é exatamente esse. A sociedade está sendo bombardeada por informações, por boatos, por disse-me-disse, e cabe ao presidente do Congresso Nacional, mais do que nunca, preservar o equilíbrio e, como disse o presidente Michel Temer, a harmonia entre os poderes"